




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
(RIGER) Setorial Anual**

**DIRETORIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E
FINANÇAS (DGPCF)**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL DIRETORIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (DGPCF)		
	Ano de Referência: 2016	Emitido em: 03/02/2017	Aprovado por: Responsável pela DGPCF


SUMÁRIO


1.INFORMAÇÕES PARA O PJERJ EM NÚMEROS	3
2.PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	4
3.QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS..	4
4.SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS	4
5.PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	5
6.AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	6
7.DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	6
8.SITUAÇÃO DOS RECURSOS	6
9.CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	7
10.ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	8




RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL

1. INFORMAÇÕES PARA O PJERJ EM NÚMEROS (até dezembro/2016)

ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Fonte: DGPCF	
	
ORÇAMENTO (2016): R\$ 4.731.651.313,76	
○ Fonte 100: R\$ 3.027.954.000,00	
○ Fonte 230 (FETJ): R\$ 545.492.892,00	
○ Fonte 232 (FETJ) : R\$ 1.092.369.045,00	
○ Fonte 232 (FUNARPEN): R\$ 65.835.376,76	
DESPESAS (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2016):	
R\$ 4.600.107.797,68	
○ Fonte 100: R\$ 2.831.096.699,73	
○ Fonte 230 (FETJ): R\$ 809.541.005,47	
○ Fonte 232 (FETJ): R\$ 898.950.989,01	
○ Fonte 232 (FUNARPEN): R\$ 60.519.103,47	
RECEITA (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2016):	
R\$ 4.297.131.789,86	
○ Fonte 100: R\$ 2.831.096.699,73	
○ Fonte 230 (FETJ): R\$ 555.474.216,90	
○ Fonte 232 (FETJ): R\$ 864.784.682,00	
○ Fonte 232 (FUNARPEN): R\$ 45.776.191,23	
<i>Fonte 100: Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>	
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça</i>	
<i>Fonte 232 (funarpen): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>	
<i>Fonte 230: Convênios com instituições financeiras.</i>	

PESSOAL	
Fonte: DGPEP / DGPCF	
	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (ATÉ DEZEMBRO/2016)	
○ Despesa Líquida de Pessoal (Fonte 100):	
R\$ 2.768.464.962,14	
○ % Limite LRF: 5,99 % (referente ao 3º quadrimestre/2016)	

ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Fonte: DGPCF	
	
CUSTO UNITÁRIO DO PROCESSO NO PERÍODO (ATÉ DEZEMBRO/2016):	
○ R\$ 1.637,92	

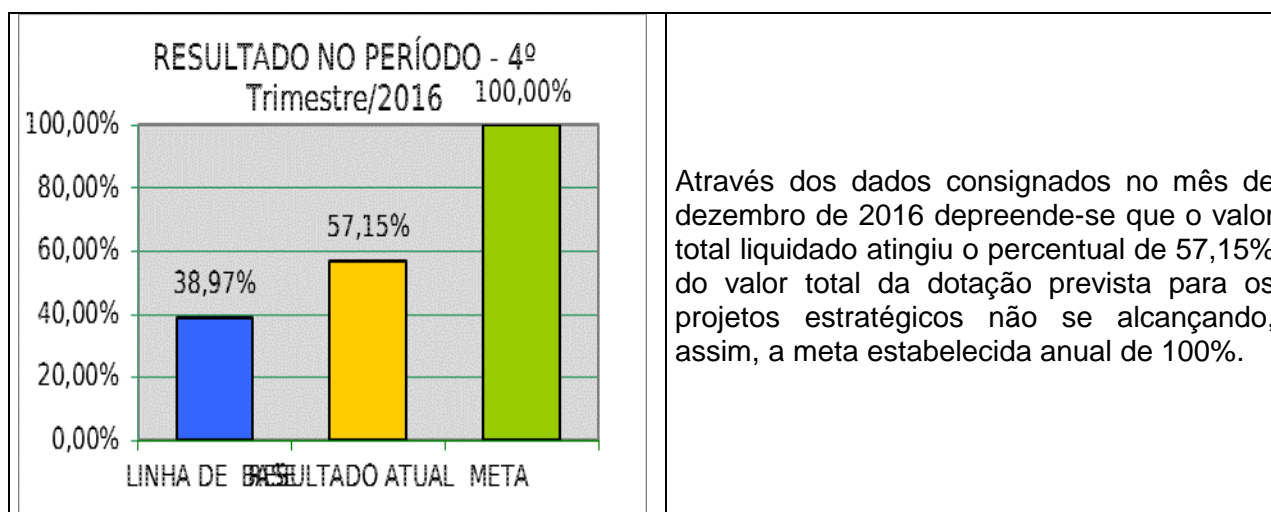


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL

2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (planejamento e resultado acumulado até o mês de dezembro/2016)

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
PE – Modernização da Gestão Fiscal	100%	65,67%	Para conclusão do projeto resta, especialmente, a adoção dos procedimentos necessários à aquisição de sistema.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS



4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	



5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Retorno do Plano de Ação Governamental (PAG 2015/2016) ao conceito original, em que o mesmo tem sua concepção no Plano Estratégico do Poder Judiciário e alinhamento com as Leis Orçamentárias Anual de 2015 e de 2016 e com o Plano Plurianual 2016/2019;
- Adoção de medidas para racionalização dos recursos orçamentários, de acordo com as respectivas fontes de receitas, tais como: transferência do pagamento das dívidas com o Fundo de Reserva da fonte 230 para a fonte 100; transferência de despesas de custeio e investimentos relacionadas às atividades jurisdicionais da UO Tribunal de Justiça para a UO FETJ; vinculação da receita proveniente dos selos de autenticação com as despesas de reembolso da 1ª certidão de nascimento, de óbito e respectivos registros no RCPN; redução do impacto nos Relatórios de Gestão Fiscal; reorganização da estrutura de programação do orçamento da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Tribunal de Justiça;
- Elaboração de parâmetros de pagamento que tornaram viável economicamente o reconhecimento do direito à percepção de pecúnia indenizatória de saldo de licença prêmio e férias não gozadas em vista da passagem para inatividade dos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro único de Pessoal deste Poder;
- Estudos de impacto orçamentário e financeiro elaborados pela DGPCF que respaldaram a possibilidade de conversão em pecúnia do valor relativo ao auxílio-alimentação dos servidores;
- Com o assessoramento desta DGPCF, a Administração Superior promoveu as tratativas necessárias para a renovação dos convênios de remuneração dos depósitos judiciais, cabendo ressaltar o êxito obtido, pois foram mantidos os percentuais de remuneração anteriormente ajustados, apesar do advento da Lei Complementar Federal 151/2016 e das Leis Complementares Estaduais 147/2013 e 163/2015;
- Negociações para renovação do contrato celebrado com o Banco Bradesco para o processamento da folha de pagamento garantiram considerável aporte de receitas para o PJERJ;
- Foi iniciado protesto dos débitos extrajudiciais, incluindo multas contratuais, débitos de serventias extrajudiciais privatizadas, dentre outras, gerando considerável acréscimo à arrecadação;
- Com o intuito de receber os valores de custas judiciais e taxas judiciária devidos a este TJERJ nas guias emitidas pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro e Procuradoria Geral do Estado, foram implementados nesta



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL

Administração o DARM compartilhado parcelado, bem como o DARL compartilhado, incluindo as modalidades à vista e parcelado. Ademais, houve a participação do TJERJ no evento Concilia Rio. Essas ações estratégicas tiveram relevante êxito no que diz respeito ao aumento de receitas auferidas por este TJERJ.

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

- Não há ações pendentes de realização.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

- A partir de maio de 2016, a DGPCF implementou a análise do custo-benefício e da economicidade nos processos de aquisição e contratação de prestação de serviços de maior vulto, especialmente através do comparativo dos custos das contratações propostas com os dos contratos em execução gerando uma economia da ordem de 6,91% após as diligências promovidas por esta Diretoria.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal	X			-
Tecnologia da Informação		X		-
Infraestrutura	X			-

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende



9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças tem por missão “gerir, de forma eficiente, os recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional”. Desse modo, no exercício de 2016 esta Diretoria promoveu medidas que visam ao fortalecimento do Planejamento Orçamentário e Financeiro, bem como à modernização da Gestão Fiscal do PJERJ.

A crise financeira do país e, em especial do Estado do Rio de Janeiro, causou grande repercussão na gestão. Ainda assim, a adoção de medidas e práticas administrativas permitiram a realização de economias para o Poder Judiciário. De todo modo, importante frisar que será necessário manter um controle de gastos de forma a garantir a autonomia do Poder Judiciário.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS (pelo menos trimestral)

PLANILHA DE INDICADORES									
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.									
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJRJ				
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO (IE – 48)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-				
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJRJ							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado
PERIODICIDADE	trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	(Valor executado nas iniciativas estratégicas) / (Valor disponibilizado para tal)							SENTIDO DE MELHORIA	MM
META	Executar 100% das iniciativas estratégicas previstas no orçamento de 2016					ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2015/2016	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
		7,70%		28,79%		38,97%		57,15%	
RESULTADOS NO PERÍODO									
LINHA DE BASE	38,97%	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - 4º Trimestre/2016</p> <p>LINHA DE BASE RESULTADO ATUAL META</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO</p> <p>1º Trimestre 2º Trimestre 3º Trimestre 4º Trimestre</p> </div> </div>							
RESULTADO ATUAL	57,15%								
META	100,00%								
ANÁLISE CRÍTICA	Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 75% a 100%. Através dos dados consignados no mês de dezembro de 2016 depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 57,15% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos não se alcançando, assim, a meta estabelecida anual de 100%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico nº 22 - Criação do Site de Contingência, o qual representa 21,02% do valor total previsto dos projetos estratégicos e, segundo a unidade coordenadora deste, será remanejado para o próximo exercício financeiro; bem como pela execução de 50,35% do valor previsto do Projeto Estratégico nº 18 - Readequação do Complexo do Fórum Central, este influenciado sobremaneira pela prorrogação do prazo contratual da obra atrelada à este PE. Ante o exposto, conclui-se que se os valores previstos para os citados projetos estratégicos apresentasse 100% de execução teríamos, ao final de 2016, 97,93% de execução do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ referentes a 2016 - posição 11/01/17.								
ACÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da DGPCF-ASPLO, com atuações junto as unidades organizacionais responsáveis.								
Responsável pela emissão do relatório: Leonardo Pacheco Böhme - 10577131 Responsável (aprovação e divulgação): Maria Cláudia Binato - 01/21888 Data: 19/01/2017									